



# O COTIDIANO DE UMA FAMÍLIA RURAL ATINGIDA POR BARRAGEM: IMPACTOS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO E REFLEXÕES PARA A TERAPIA OCUPACIONAL

EL COTIDIANO DE UNA FAMILIA RURAL AFECTADA POR REPRESA: IMPACTOS DE LA DESTERRITORIALIZACIÓN Y REFLEXIONES PARA LA TERAPIA OCUPACIONAL

THE DAILY LIFE OF A RURAL FAMILY AFFECTED BY DAM: IMPACTS OF DETERRITORIALIZATION AND REFLECTIONS FOR OCCUPATIONAL THERAPY

**Magno Nunes Farias<sup>1</sup>, Wender Faleiro<sup>2</sup>**

## RESUMO-INTRODUÇÃO

*O Brasil é hoje um dos maiores construtores de barragens do mundo, os impactos desses projetos são múltiplos, provocam destruição ambiental e deslocamento de centenas de famílias rurais dos seus territórios de origem, tendo efeitos em níveis materiais e imateriais na vida das pessoas. Método: Esse estudo buscou conhecer quais foram as mudanças cotidianas que ocorreram na vida de uma família rural atingida pela implantação da barragem da Usina Serra do Facão (SEFAC), moradora da comunidade rural Pires Belo, localizada no município de Catalão - Goiás (Brasil). Para isso, foram realizadas entrevistas e observações de campo com todos os membros da família (quatro pessoas). Resultados e Discussão: Percebeu-se os sujeitos marcados por sentimentos de tristeza, revolta e angústia por ter tido seus territórios alagados pela barragem. Relatam os impactos negativos ambientais, como a mudança nas paisagens e destruição da fauna e flora. Além disso, contam sobre a perda das relações de amizade que tinham com os antigos vizinhos, e as fragilidades relacionadas ao trabalho e renda após a construção. Compreende-se que a terapia ocupacional pode contribuir no âmbito da pesquisa e intervenção em contextos descritos na presente investigação, em prol do reconhecimento desses sujeitos rurais enquanto cidadãos, e colaborando na construção de um projeto de desenvolvimento social sustentável e popular. Conclusões: O cotidiano dos sujeitos atingidos por barragem é totalmente marcado pela desterritorialização, que os impõe desafios para (re)organizar suas vidas, sendo fundamental o posicionamento ético, político e social de agentes que contribuam para pensar alternativas que envolvem essas contradições.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Barragem; população rural; terapia ocupacional; cidadania.*

- 1 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Terapeuta Ocupacional pela Universidade de Brasília (UnB). Integra o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo - NEPCampo na Universidade Federal de Goiás - UFG e o Grupo de Pesquisa "Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional" do Laboratório METUIA do Departamento de Terapia Ocupacional (DTO) da UFSCar. Researcher ID: [E-6756-2019](https://orcid.org/0000-0002-9249-1497). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9249-1497>. magnonfarias@hotmail.com. Corréio postal: Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luiz, Km 235, CP 676, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil. Número de telefone: +55 61 98102-2288.
- 2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor Adjunto na *Unidade Acadêmica Especial de Educação* da UFG. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores-GEPEEC/UFG e vice-líder do NEPCampo / UFG. ResearcherID: [F-8348-2019](https://orcid.org/0000-0001-6419-296X). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6419-296X>. E-mail: wender.faleiro@gmail.com.



## RESUMEN-INTRODUCCIÓN

*Brasil es hoy uno de los mayores constructores de represas del mundo, los impactos de estos proyectos son múltiples, provocan destrucción ambiental y desplazamiento de cientos de familias rurales de sus territorios de origen, teniendo efectos en niveles materiales e inmateriales en la vida de las personas. Método: Este estudio busca conocer cuáles fueron los cambios cotidianos que ocurrieron en la vida de una familia rural afectada por la implantación de la represa de la Usina Serra do Facão (SEFAC), habitantes de la comunidad rural Pires Belo, ubicada en el municipio de Catalão-Goiás (Brasil). En la investigación realizó entrevistas y observaciones de campo con todos los miembros de la familia (cuatro personas). Resultados e Discusión: Se percibieron a los sujetos marcados por sentimientos de tristeza, rabia y angustia por haber sufrido inundación por la represa en su territorio. Relatan los impactos negativos ambientales, como el cambio en los paisajes y la destrucción de la fauna y la flora. Además, cuentan sobre la pérdida de las relaciones de amistad que tenían con los vecinos y las fragilidades relacionadas con el trabajo y la renta después de la construcción. Se entiende que la terapia ocupacional puede contribuir en el ámbito de la investigación e intervención en contextos descritos en el presente estudio, en favor del reconocimiento de esos sujetos rurales como ciudadanos y colaborando en la construcción de un proyecto de desarrollo social sostenible y popular. Conclusiones: El cotidiano de los sujetos afectados por la represa está totalmente marcado por la desterritorialización, que impone desafíos para (re) organizar sus vidas, siendo esencial la posición ética, política y social de agentes que contribuyen a pensar alternativas que involucran estas contradicciones.*

## PALABRAS CLAVE

*Represas; población rural; terapia ocupacional; ciudadanía.*

## ABSTRACT – INTRODUCTION

*Currently, Brazil is one of the largest dam constructors in the world and the impacts of these projects are multiple, causing environmental destruction and displacement of hundreds of rural families from their home territories, having effects on material and immaterial levels in people's lives. Method: This study aimed to know the daily changes that occurred in the life of a rural family affected by the implantation of the Serra do Facão (SEFAC) dam, residents of the rural community Pires Belo, located in the municipality of Catalão-Goiás (Brazil). The research conducted interviews and observations with all family members (four people). Results and discussion: Concluding that these individuals are marked by feelings of sadness, revolt and anguish when they were perceived to have had their territories flooded by the dam. They report negative environmental impacts, such as changes in landscapes and destruction of fauna and flora and tell about the loss of friendships they had with neighbors and the frailties related to work and income after construction. It is understood that occupational therapy can contribute in the scope of research and intervention in the contexts described in the present research, in favor of the recognition of these rural subjects as citizens and collaborating in the construction of a sustainable and popular social development project. Conclusions: The daily life of the people affected by dams is totally marked by the deterritorialization, which inflicts challenges to (re) organize their lives, being fundamental the ethical, political and social position of agents who contribute to think on alternatives involving these contradictions.*

## KEY WORDS

*Dam; rural population; occupational therapy; citizenship.*

*“O barramento das relações é o fim da vida”  
(Silva, 2019)*

Recibido: 01/07/2019

Aceptado: 27/04/2021

## INTRODUÇÃO

A desigualdade no território rural constitui-se pelas contradições inerentes da sociedade capitalista, marcada pela concentração da terra e pela exploração e expropriação da classe trabalhadora rural e da natureza, configurando esse espaço como lugar de disputas e conflitos (Fernandes, 2008).

Essas contradições sinalizam para dois projetos de território rural: *um projeto popular, que coloca o rural como espaço de vida e um projeto capitalista, que coloca e reduz o rural como espaço para produção de lucro*. O primeiro é marcado pelo reconhecimento desse território como espaço de produções de vida, *lócus* da moradia, das relações afetivas, das expressões culturais, da luta, da agricultura familiar, da relação de respeito com a natureza e da democratização da terra; o segundo pensa esse território para as relações sociais capitalistas, da mercadoria, da monocultura, das *commodities* e da degradação ambiental para o lucro. Assim, em oposição, um estabelece o espaço para produzir unicamente mercadoria, enquanto o outro “organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida” (Fernandes, 2008, p. 40).

Esses projetos são antagônicos, já que a intensidade do capital/lucro, face da degradação ambiental e o domínio político-econômico, inviabiliza a existência e a consolidação dos fluxos de vida da população rural, que lutam e resistem à tomada desse território, reafirmando seus processos socioculturais e políticos (Fernandes, 2008). E atualmente, de forma hegemônica nota-se que o projeto do capital acaba por imperar como modelo de desenvolvimento nacional e internacional, acarretando invisibilidades culturais e políticas dos povos rurais, que têm seus territórios monopolizados pela ofensiva da exploração e expropriação, sobretudo, em uma concepção neoliberal de Estado.

As grandes usinas hidrelétricas marcam o tensionamento do projeto capitalista em ofensiva ao *rural como espaço de vida*, a partir do processo de construção de barragens que impactam negativamente na vida dos sujeitos que ali vivem. Essas construções integram um processo de industrialização, que levou e leva a marginalização e expulsão dos povos rurais de grandes territórios (Brumer, 1990).

As hidrelétricas integram grandes projetos no Brasil, que se iniciaram em 1950 e se intensificaram pós-Golpe Militar, em 1964, tendo em vista uma lógica conservadora de desenvolvimento que marcou o regime militar. A partir disso, a construção das hidrelétricas foi considerada no território brasileiro como indispensável para a produção de energia elétrica, sob o prisma da riqueza de recursos naturais e com a aposta que essa seria uma alternativa eficiente para o desenvolvimento nacional (Bortoleto, 2001; Muller, 1995; Zen & Ferreira, 2012).

Todavia, durante as implantações das hidrelétricas no país ocorreram diversas frustrações quanto ao seu potencial para o desenvolvimento regional e nacional, visto que gerou consequências contrárias, como os impactos ambientais e sociais (Jong, 1993). Apesar disso, as construções ainda são colocadas como estratégias de desenvolvimento central no Brasil. Oliveira (2018, p. 315) discorre que “o Brasil é um dos maiores construtores mundiais de barragens e o segundo país que gera mais energia hidrelétrica no mundo, atrás da China”.

As problemáticas da implantação dessas obras, em níveis sociais, ambientais, políticos e geográficos (Neres, 2008), tomam historicamente uma ampla dimensão. Um dos impactos centrais são as modificações demográficas das regiões atingidas pelo empreendimento, sobretudo pela necessidade de construção de barragens, causando o alagamento de grandes extensões de territórios. De acordo com Bortoleto (2001), as regiões dos projetos perdem imensamente componentes de sua fauna e flora, modificando as possibilidades das terras que possuem fertilidade natural, e causando grandes mudanças socioespaciais para as comunidades que vivem ali e precisam se retirar.

Assim, não se nega a possibilidade de as hidrelétricas terem efeitos dinamizadores para o desenvolvimento regional, porém, a ausência quase que total de políticas públicas integradas para dar conta dos resultados danosos desses empreendimentos, fazem sobrepor seus efeitos negativos na vida das comunidades e dos territórios atingidos (Bortoleto, 2001).

Ainda que diversos trabalhos apontem a realidade supracitada, os discursos utilizados pelas empresas, pelas políticas e propagandas de implementação, se baseiam em um *slogan* desenvolvimentista de investimento, sendo assimilados pelos governos locais e demais agentes políticos de forma positiva, como



estratégia para promoção de desenvolvimento regional e nacional (Bortoleto, 2001). Esse discurso invisibiliza os impactos negativos desses projetos, como o alagamento de grandes regiões, as perdas de fauna e flora, o desenraizamento de comunidades, a negação dos espaços de vida de um contingente de pessoas, sobretudo, em contextos rurais.

Esses efeitos nocivos se dão visto que, recorrentemente, os territórios são inadequados para a execução desses projetos, pois são espaços de vida de pessoas, colocando como necessário a desapropriação de diversas comunidades (como os ribeirinhos, trabalhadores rurais, quilombolas, indígenas, pescadores, entre outros), acarretando no que denomina-se de desterritorialização desses sujeitos. Isto gera rupturas com os espaços de produção e reprodução de vida, em nível social, econômico, cultural e espiritual. Essas rupturas ocorrem de formas perversas e compulsórias, pois não nascem do desejo e/ou da necessidade coletiva dos sujeitos que compõem os territórios afetados, mas de estratégias do mercado para a tomada das terras, impostas às regiões rurais (Bortoleto, 2001). A lógica desenvolvimentista das hidrelétricas prioriza o capital e diz de um contexto histórico em que o rural é visto como *locus* de produção de capital, e não “enquanto um espaço de vida merecedor de retorno social e político” (Ruiz, Santos & Gerhardt, 2016, p. 34).

Desse modo, Bortoleto (2001) defende a necessidade de compreender criticamente os impactos desses processos nas áreas receptoras, independente do grau que foi atingida. Portanto, o presente trabalho volta-se para as narrativas de sujeitos rurais que foram diretamente atingidos por uma barragem. Neste exercício, foca-se especificamente em entender estes efeitos nas suas vidas cotidianas.

Carvalho e Netto (2007) discorrem que a vida cotidiana é a vida de todos os dias e de todos os seres humanos, é o centro da práxis humana, é o lugar onde as mulheres e os homens vivem, morrem, vivem mal ou bem, “ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre” (Lefebvre, 1991, p. 27). Complementarmente, de acordo com Pais (1986, p. 8), o cotidiano pode ser espaço privilegiado para a análise sociológica, “na medida em que é um lugar revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e

da transformação das sociedades e de determinados conflitos que opõem os agentes sociais”.

Assim, a análise do cotidiano é essencial para compreender e revelar as dinâmicas e contradições societárias, como aquelas que perpassam a vida daqueles atingidos por barragem.

Nesse sentido, essa pesquisa procura entender a vida cotidiana de sujeitos que vivem no território rural e que foram atingidos por barragem, a partir de suas narrativas sobre o processo de desterritorialização, na tentativa de apreender de que forma esse acontecimento fragilizou seus modos de viver.

Ademais, busca-se aqui abrir um debate sobre como a terapia ocupacional pode se colocar frente a esses fenômenos, reconhecendo-a como um campo de produção de práticas e conhecimentos que envolve sujeitos que vivenciam rupturas e limitações para viver seus cotidianos de forma significativa (Galheigo & Simó Algado, 2012). Assim, procura-se realizar algumas provocações focalizando no papel técnico, político e ético da profissão junto a essa problemática.

## MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que se utilizou como estratégia de produção de dados as entrevistas e as observações de campo (Ludke, 1986). Os interlocutores vivem na comunidade rural Pires Belo (localizada em Catalão–Goiás, Brasil), e são integrantes de uma família composta por quatro pessoas: Maria e José e seus filhos Roberta e Ricardo (nomes fictícios).

Foi realizada uma entrevista com cada integrante da família, e observações a partir das vivências dos sujeitos no território, ao longo de um mês. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas; e para a apreensão das observações foi utilizado o diário de campo, sendo instrumento essencial para anotar as conversas informais realizadas. A produção dos dados foi realizada em outubro de 2017.

Maria e José foram os que mais relataram suas experiências, se colocando como protagonistas das narrativas aqui analisadas, os dois filhos (Roberta e Ricardo) também relataram algumas questões, mas indicaram que os pais que vivenciaram de forma mais intensa o processo

de perda de território, preferindo que eles respondessem alguns aspectos centrais.

A comunidade em questão sofreu os efeitos da instalação da Usina da Serra do Facão (SEFAC), que construiu uma barragem para seu funcionamento no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão e Davinópolis (Goiás-Brasil). A usina está em operação desde 2010, seu reservatório possui área de 227 quilômetros quadrados.

Para os resguardos éticos da pesquisa, cabe salientar que todos os participantes foram esclarecidos dos objetivos e métodos que seriam utilizados, e participaram de forma livre e esclarecida do estudo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os sujeitos pesquisados nasceram na região de Catalão-Goiás, e a família vive na comunidade rural Pires Belo a mais de 20 anos, tendo como principal meio de produção e renda a pecuária e a agricultura familiar. Caracterizam-se por serem sujeitos que integram uma organização social e identitária que luta pelo reconhecimento e permanência da terra, e utilizam-se da agricultura familiar para sua subsistência (Costa & Carvalho, 2012).

Através da entrevista e observação notou-se um grande valor sentimental pela terra na qual nasceram e tiveram que se retirar (localizada também na Comunidade rural Pires Belo), e conseqüentemente uma profunda tristeza pela perda do espaço, a partir do momento que foram atingidos pela barragem da Usina Serra do Facão (SEFAC), que provocou o alagamento de suas terras, impondo a desapropriação, o deslocamento, e, assim, a desvinculação com suas terras de origem.

A pesquisa de Silva (2016, p. 71) com atingidos por barragem dialoga com estes dados, e afirma que “as narrativas dos nossos interlocutores, incertezas, injustiças, desestabilidade, falta de apoio e sofrimentos foram as marcas do processo de deslocamento da comunidade natal”. Pois, compreende-se que esses sujeitos se constroem em uma complexa estrutura de ecossistemas, transforma e recorre à natureza e à terra para sua constituição social, emotiva, física e mental (Tardin, 2012), logo, a saída desse espaço configura um rompimento em diversas dimensões existenciais.

Dessa forma, a partir do momento que essas relações que constituem seus cotidianos são fragilizadas, percebe-se principalmente em Maria e José o sentimento de tristeza e ao mesmo tempo revolta pelo ocorrido, tendo em vista as conseqüências negativas para sua família e comunidade. Ademais, vive-se um sentimento de incerteza da permanência em seu território atual, que ainda é próximo da barragem, pois a empresa da usina ainda “*continua rondando*” (entrevista) e realizando avaliações do espaço, referentes ao meio ambiente, qualidade da água, vazão de água, realização de obras, entre outras coisas. Assim, a família teme que surja a necessidade de serem remanejados novamente.

Logo, os efeitos do projeto são a curto, médio e longo prazo, provocando a perda das terras de origem imediatas, e também incertezas constantes de se enraizar em um novo lugar. Sobre a chegada da empresa no território:

“Eles chegaram aqui com pesquisa, depois foi chegando gente, ia chegando gente, devargazinho, devargazinho, se viesse uma equipe de gente você acostumava com ela, mas eles mudavam de gente de época em época, ano em ano, tudo deles é contrato, contrato temporário, terceirizado, coisa desse tipo”. (Entrevista)

Esse relato demonstra como ocorreu o processo de aproximação da empresa com a comunidade, de maneira sutil, devagar e fragmentada, sem grandes construções de vínculos com os povos para compreender suas necessidades, demandas e para discutir coletivamente o empreendimento e os seus impactos. Nota-se que as relações são intermediadas pelo imediatismo, a pouca informação e a assinatura de contratos. Essa abordagem integra estratégias em que o capital financeiro e empresas transnacionais utilizam para invadir, dominar e explorar os territórios camponeses, focando especificamente no lucro (Tardin, 2012).

Maria e José receberam a indenização por suas terras, contudo, relataram a dificuldade de se conseguir um preço justo, o que ocorreu através de “*muita luta*” (entrevista). O casal referiu ter conseguido uma “*boa indenização*” (entrevista) com a ajuda do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Com este dinheiro conseguiram comprar uma terra no novo local de moradia, ainda ao redor da usina, pelo desejo de não desvincular



daquele território. Relatam ter sido um processo difícil, pois vivenciaram momentos de receio quanto ao recebimento do dinheiro, afirmando que diversos amigos foram ainda mais prejudicados e “caíram em desgraça” (entrevista) (como por exemplo, não conseguindo um preço justo por suas terras, impactando na precarização das suas vidas), porque não tinham conhecimento sobre os processos de negociação e manejo de dinheiro.

As pressões realizadas pelos representantes da SEFAC quanto à compra dos lugares atingidos foram marcadas por situações de constrangimento, em que muitos tiveram que negociar suas propriedades pelos preços impostos pelo “pessoal da usina” (entrevista), certamente por valores baixos. Pelos relatos, nesse processo há uma ofensiva de todos os lados, a partir de uma dominação territorial, econômica e jurídica que causa o sufocamento das comunidades.

Zen e Ferreira (2012, p. 490) problematizam essas ações compensatórias pouco efetivas, geralmente o “valor das indenizações, calculado pelos setores de patrimônio da própria empresa construtora, segue a lógica do menor custo possível, na qual se aplica inclusive a depreciação dos materiais das construções, ou seja, dificilmente com o dinheiro recebido alguém consegue reconstruir sua vida em outro lugar com condições similares”. Dessa forma, famílias que não possuem apoio legal ou conhecimento sobre os trâmites, além de sofrerem com o desenraizamento, de forma material e imaterial, têm possibilidades de reconstrução de suas vidas sabotadas, o que contribui para intensificação da desigualdade social no espaço rural. Ainda sobre esse processo:

“se você deixou, tem que deixar” [se referindo a concordar com a desapropriação], se não vai para o judicial, fica pior. ‘Você perde, você acaba perdendo’. (Entrevista)

O relato denuncia a fragilidade de medidas na instância jurídica, pois o ônus da prova no processo de desapropriação para as usinas fica sob responsabilidade do desapropriado (para provar seus direitos) e o construtor é visto como detentor dos direitos. São estratégias que abrem caminho para os empreendimentos, e o governo decreta o alagamento como utilidade pública, perpassando um processo de análise tecnocrática, sem levar em consideração o protagonismo da comunidade e seus vínculos com o território (Zen & Ferreira, 2012).

Nesse processo, as dinâmicas da vida cotidiana são totalmente modificadas, marcadas pelo alagamento e a desterritorialização material e imaterial, que perpassa o vínculo da produção material de vida, mas também aspectos afetivos, sentimentais e subjetivos. Por exemplo, muitos moradores que foram remunerados pelas terras, preferiram mudar para espaços mais distantes, caracteriza uma circulação pela busca de um novo lugar para a produção da vida, dada a própria instabilidade de se instalar novamente próximo a Usina.

*“Nós morávamos aqui quando a água tampou [...], depois viemos aqui pra cima, eu mesmo morei mais pra baixo, depois eu fui mais pra baixo, voltei pra lá, depois eu vim pra cá depois eu fui pra lá depois voltei pra cá”. (Entrevista)*

Martins (1986), ao discorrer sobre a expropriação do trabalhador camponês na sociedade brasileira, coloca que “o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é intinerante” (Martins, 1986, p. 17). Isso demonstra a ofensiva histórica aos sujeitos rurais, que inviabiliza sua permanência na terra de diversas formas, a partir do avanço do capital.

Outros impactos foram apontados pelos entrevistados, como o aumento da criminalidade na região, “acabando a tranquilidade” (entrevista) que havia anteriormente. Esse aspecto pode ser consequência da mudança sócio-política do território, que causa aumento das populações no momento de construção das barragens, e depois esses sujeitos ficam sem trabalho e em um território que não é seu de origem, causando maiores desigualdades e problemas sociais. Ou seja, ao invés de diminuir as desigualdades regionais, com a desconcentração industrial e aumento de trabalho, os efeitos a longo prazo são outros, como a desconstrução de atividades que existiam na região, o crescimento desordenado da população e a degradação ambiental (Vainer & Araujo, 1992; Muller, 1995). Maria e José relatam as mudanças no ecossistema e na paisagem dos espaços:

*[...] aquelas árvores estão muito feias. Lá em baixo todas as árvores pequenas estão morrendo, lá não tem mais árvores bonitas. Tinha tanta árvore na beira do córrego, morreu tudo, e o barranco, aquela raiz está começando a apodrecer e cair, futuramente, a água vai correr*

por riba do chão, vai arrasando. E vai correr por riba da terra, eu acho que vai". (Entrevista)

Os impactos na flora da região são irrecuperáveis, espécies de plantas nativas e raras são perdidas, à exemplo, o desmatamento das árvores, ou seja, perde-se a diversidade, podendo alterar o equilíbrio ecológico. Este outro dado revela a falácia do discurso de desenvolvimento que acompanha a implantação das grandes hidrelétricas

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (Santos, 1996, p. 173).

A paisagem do rural como espaço de vida (heterogeneidade e complexa, onde tem: cultivo, proteção e criação de espécies nativas; a conservação e enriquecimento da diversidade ecológica; trabalho familiar e geração de emprego; entre outras coisas que dá forma a produção responsável e a cultural diversidade), dá lugar a paisagem do agronegócio (que é homogeneidade e simplificada, onde ocorre erosão ecológica, destruição do ambiente e da diversidade do ecossistema), produz-se um território minado para a vida humana contribuindo para o êxodo rural, aumento da miséria e concentração da riqueza (Fernandes, 2008). Evidencia-se a relação nociva com o ambiente, em prol do lucro, antagônico a produção de vida dos sujeitos.

*"A gente conversa demais nisso, a água diminuiu, os peixes sumiram, os lambaris, hoje o pessoal vem pescar e não tem mais aquele lambari, aqueles peixes sapo que davam dentro da água, antigamente era cheinho, hoje não ta conseguindo ver mais. Mudou tudinho. A água do ribeirão aqui era muito água, passava da barriga do cavalo, hoje você pula ele assim". (Entrevista)*

Assim, a barragem também afeta a fauna, modificando a reprodução dos peixes no rio atingido, o que pode causar a redução ou até extinção de espécies, inviabilizando o consumo e as capturadas para fins comerciais. "O paredão que transforma rios em lagos retém

sedimentos e nutrientes, impede a migração e reprodução de espécies de peixes, modifica a fauna aquática e inviabiliza a atividade pesqueira por longos anos" (Zen & Ferreira, 2012, p. 489). Isso certamente afetará as comunidades humanas, seu modo de vida ou sua capacidade de obter renda, já que há uma modificação da quantidade do fluxo da água, impactando na reprodução dos peixes e uso da comunidade. Além disso, as redes sociais dos sujeitos atingidos são fragilizadas, devido o processo de desterritorialização:

*"O pior é que a gente perde os vizinhos, os amigos. [...] Hoje a gente não tem muito mais amigo, igual era, a gente trabalhava junto. Não tem mais gente pra trabalhar junto um com o outro, é que perdeu aquele grupo que tinha, todo sábado a gente ajudava um, fazia mutirão". (Entrevista)*

As redes sociais, como os vizinhos e amigos, que havia antes do deslocamento se perdem. Há a transformação do convívio social, os laços ficam fragilizados, os sujeitos se encontram em um espaço desconhecido sem uma rede de suporte fortalecida.

Uma das características da vida no espaço rural envolvem as relações comunitárias, vinculadas com a coletividade e solidariedade, refletindo em momentos de ajuda mútua aos vizinhos (em caso de perdas de safras, falecimento ou organização de eventos), objetivando o bem comum dos sujeitos que constituem aquele espaço (Costa & Carvalho, 2012; Tardin, 2012). Há, então, um rompimento abrupto dessas relações no caso analisado, que associado a outras fragilidades de acesso à terra, aos bens sociais e direitos, intensifica a vulnerabilidade desses sujeitos.

É importante destacar que as relações de trabalho e produção material de vida também se modificaram:

*"Antigamente o produtor tinha salário, ele não precisava vender o gado pra ter o dinheiro, hoje você tem o gado segurando ele, hoje eu não tenho salário. Eu preciso de uns cinco mil, eu vendo um gado, pago aquela conta e fico quieto com o resto. Mais na frente eu não vivo com aquilo, eu vou vendendo o gado". (Entrevista)*



“Você vive do mercado, se o mercado tá bom você vende bem se não, com a agricultura ruim, fica ruim pra todo mundo”. (Entrevista)

A relocação no território traz uma desordem nas relações de trabalho, os sujeitos relatam que antes era mais possível viver da agricultura familiar, tinham um terreno mais fértil para isso, o que dava maior estabilidade para a subsistência. Ou também era possível ter um emprego assalariado nas fazendas vizinhas, dada as relações que estabeleciam entre essa rede. Atualmente é necessário vender o gado para pagar as contas e sobreviver por algum tempo, impactos da instabilidade das fontes de renda.

Ademais, agora esses sujeitos vivem de forma mais dependente da lógica do mercado, sofrendo maior domínio da forma capitalista de produção de vida, ficando submetidos a essas ordens individualizadas e meritocratas, já que a agricultura familiar está ruim, “*sendo ruim para todo mundo*”(entrevista).

Em análise, há um rompimento que inviabiliza a riqueza da vida cotidiana, trazendo o que Lefebvre (1991) denominaria de *miséria do cotidiano*. Ocorre a redução da vida humana aos números, os problemas materiais produzidos pela barragem acarretam uma *pobreza espiritual e cultural dos espaços, do fazer humano*. Esses processos envolvem fraturas socioculturais relacionadas aos modos de produção, aos rituais, aos hábitos, às expressões cotidianas, marcadas por uma relação com a natureza e a terra, nas práticas de colheita, preparação de alimento, consumo de refeições, cantos, rezas, entre outras coisas (Tardin, 2012). Legitima-se a frase que iniciou esse texto “O barramento das relações é o fim da vida” (Silva, 2019), tendo em vista os resultados da construção dessa estrutura física na produção de vida dos sujeitos pesquisados.

### Questões para a terapia ocupacional: abrindo reflexões

A partir das análises dos impactos cotidianos nas vidas dos sujeitos rurais atingidos por barragem, compreende-se que a terapia ocupacional se coloca como um campo interessante para compor forças para o enfrentamento dessas problemáticas, que efervescem no cenário contemporâneo brasileiro.

Como nota-se na pesquisa e como outros autores constatam, a “construção de barragens no Brasil alterou radicalmente paisagens, mudou estruturas produtivas, destruiu habitats, deslocou milhares de pessoas e lançou um processo” (Oliveira, 2018, p. 342-343). Sendo o terapeuta ocupacional um agente possível para trabalhar em torno dessa temática e outras que envolvem a população não-urbana.

Os debates associados às conflitualidades acerca das injustiças sociais e ecológicas que atingem as populações rurais (e temas associados a elas, como conflitos rurais, reforma agrária, educação do campo, juventudes rurais, assentamentos, saúde rural, ou seja, sobre o território e o povo rural) ainda são quase ausentes na terapia ocupacional. Explica-se esse fato com a hipótese das dificuldades da terapia ocupacional em fazer deslocamentos para compreender os fenômenos não-urbanos, devido a história da própria criação da profissão, associada a urbanização e industrialização (Bianchi; Malfitano, 2017).

Todavia, esse profissional pode pensar em possibilidades de atuação e pesquisa junto a esses sujeitos e grupos não-urbanos, como a população assentada, os agricultores familiares, os indígenas, os ribeirinhos, os assalariados rurais, e os atingidos por barragem, que são sofrem diretamente com as injustiças sociais, que envolvem a devastação ambiental e que gera a impossibilidade de produzir suas existências materiais e imateriais.

Esse debate vai ao encontro da necessidade de formar terapeutas ocupacionais para essa ação junto à população rural, tendo em vista que as *Normas mínimas para a educação de terapeutas ocupacionais* (WFOT, 2016) destaca que a formação deve ter uma compreensão mais ampliada de justiça social, na defesa mais intensa das necessidades de sujeitos marginalizados, inclusive, “o acesso equitativo à terapia ocupacional e a outros serviços de mitigação são questões para os cidadãos rurais, pois são os que carecem de independência nos transportes e que possuem um crescente número de pessoas idosas” (WFOT, 2016, p. 26, tradução nossa). Ou seja, esse documento destaca a necessidade de os profissionais contribuírem para o equacionamento de problemáticas que envolvem o rural no século XXI, em análises para propor e desenvolver serviços nas comunidades.

Alguns debates a partir da terapia ocupacional social, no Brasil, vão nesse sentido. O trabalho de Costa (2012)

junto à povos e comunidades tradicionais, dentre elas rurais, questiona a questão ambiental, o uso da terra e seus recursos, o direito pelo território e a efetivação por políticas públicas. Ainda, o trabalho de Farias e Lopes (2018), discorre sobre a ação junto as juventudes rurais, no enfrentamento da questão agrária, do conflito territorial, da pobreza e das desigualdades, que dialoga também com a produção de Vecchia, Barros e Sato (2005), sobre a intervenção junto a jovens rurais de Minas Gerais-Brasil.

Ademais, as experiências e proposições da terapia ocupacional eco-social colocam aspectos importantes para pensar e atuar junto às comunidades que vivem impactos das estratificações de recursos naturais, que implica na destruição de ocupações significativas, participação e exercício de cidadania (Símo Algado & Abregú, 2015).

Por fim, entende-se que esses debates são urgentes, considerando o potencial da profissão, no campo da pesquisa e da intervenção (via os setores de atuação: educação, saúde, cultura, trabalho, assistência social, entre outros), em prol das pessoas e comunidades rurais que sofrem injustiças sociais e rupturas em seus cotidianos. Coloca-se como emergentes novos pactos de desenvolvimento social que considere “o habitante do meio rural como um cidadão pleno, em todos os níveis, material, cultural e político” (Wanderley, 2001, p. 40), sendo o terapeuta ocupacional um profissional potente para contribuir com essa tarefa. Além disso, é necessário o envolvimento em debates em torno da crise e degradação ecológica (Símo Algado & Abregú, 2015), que ameaça a vida em múltiplas dimensões, engajando-se em favor da construção de um projeto de desenvolvimento social verdadeiramente sustentável e popular.

## CONCLUSÕES

A vida cotidiana dos sujeitos atingidos por barragem é totalmente marcada pela desterritorialização, que os impõe desafios para (re) organizarem suas vidas em todos as dimensões. Processos como esses fazem com que a desigualdade social (Santos, 1996) rural seja intensificada, a expulsão e a impossibilidade da agricultura familiar em meio ao domínio do capital, atrelado a um Estado neoliberal que tende a reduzir políticas sociais, faz a sobrevivência da população rural pobre ser cada vez mais complexa (Stedile, 2012).

Por isso, se faz necessário pensar modelos de desenvolvimento social tendo com parâmetro um projeto popular para o Brasil (Zen & Ferreira, 2012), em que os sujeitos possam vivenciar seus cotidianos de forma autônoma, reconhecendo a legitimidade dos seus modos de vida e direitos. Assim, é urgente pensar os rumos da exploração das hidrelétricas, levando em consideração os impactos, “os direitos e reivindicações das populações afetadas” (Oliveira, 2018, p. 343). Ademais, é fundamental o posicionamento ético, político e social de agentes que contribuam para pensar alternativas e reduzir os impactos negativos que envolvem essas contradições, assim, coloca-se o terapeuta ocupacional como um aliado importante nesta luta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bianchi, P.C. & Malfitano, A.P.S. (2017). Formação graduada em Terapia Ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 28 (2), 135-146. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i2p135-146>
- Bortoleto, E. M. (2001). A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. *Geografares*, 0(2), 53-62. <https://doi.org/10.7147/GEO2.1140>
- Brumer, A. (1990). Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). *Ensaio FEE*, 11 (1), 124-142.
- Carvalho, M. C. B. & Netto, J. P. (2007). *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez.
- Costa, F. A. & Carvalho, H. M. (2012). Campesinato. En R. Caldart et al. (Ed.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp.113-120). Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Costa, S. L. (2012). Terapia Ocupacional Social: dilemas e possibilidades da atuação junto a Povos e Comunidades Tradicionais. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 20 (1), 43-54. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.005>
- Farias, M. N. & Lopes, R. E. (2018). Terapia Ocupacional Social: olhares acerca da Juventude Rural. En *Anais do XVI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional e V Seminário Nacional de Pesquisa em Terapia Ocupacional*, Santos - SP.
- Fernandes, B. M. (2008). Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. Em C. A. Santos (Ed.). *Educação do campo: campo-políticas públicas - educação* (pp.19-66). Brasília: INCRA; MDA.
- Galheigo, S. & Simó Algado, S. (2012). Maestras de la terapia ocupacional. Sandra Galheigo: la poderosa emergencia de la terapia ocupacional social. *Revista Terapia Ocupacional Galicia*, 9 (15), 1-41.
- Jong, G. M. (1993). As grandes obras hidrelétricas: contribuição para a análise de seus efeitos regionais. En M. A. A. Souza (Ed.). *O*



- novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica* (pp.174-181). São Paulo: HUCITEC.
- Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática.
- Lüdke, M. (2000). O professor da escola básica e a pesquisa. En V. Candau (Ed.). *Reinventar a escola* (pp. 116-136). Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. A. (1986). *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.
- Müller, A. C. (1995). *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books.
- Neres, J. C. I. (2008). *Avaliação Ambiental da Ocupação Espacial do Vale do Rio Tocantins por Usinas Hidrelétricas* (Mestrado em Ciência Ambientais e Saúde). Departamento de Ciências da Saúde-Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Oliveira, N. C. C. (2018). A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia História*, 34 (65), 315-346. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752018000200003>.
- Pais, J. M. (1986). Paradigmas sociológicos na análise da vida cotidiana. *Análise social*, 22 (90), 07-57.
- Ruiz, E. N. F., Santos, V. F. & Gerhardt, T. E. (2016). Mediações na atenção à saúde sob a ótica da Teoria da Dádiva: a saúde da população rural em destaque. *Physis*, 26 (3), 829-852. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000300007>.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Silva, T.R.M. (2019). A educação na praça pública. Comunicação oral realizada pela Profª Drª Thais Regina Mantovanelli da Silva da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2019.
- Símo, S & Abregú, M. M. (2015). Ecología ocupacional: El estudio de caso de la megaminería en Argentina. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, 1(1), 28-38. Recuperado de <http://www.revista.terapia-ocupacional.org.ar/descargas/articulo4.pdf>
- Stedile, J. P. (2012). Questão Agrária. En R. Caldart et al. (Ed.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 639-644). Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Tardin, J. M. (2012). Cultura Camponesa. En R. Caldart et al. (Ed.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 178-186). Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Vainer, C. B. & Araujo, F. G. B. (1992). *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI.
- Vecchia, T., Barros, D. D., & Sato, M. (2005). Jovens do bairro da Pedra do Papagaio: notas sobre uma oficina de fotografia-Projeto Casa Rosa. *Imaginario*, 11(11), 337-362.
- Wanderley, M. N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En N. Giarracca (Ed.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* (pp. 31-44). Argentina: CLACSO, 2001.
- Zen, E. L. & Ferreira, A. R. L. (2012). Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). En R. Caldart et al. (Ed.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 487-491). Rio de Janeiro: Expressão Popular.
- Word Federation of Occupational Therapists [WFOT] (2016). Normas Mínimas Recomendadas para la Educación de Terapeutas Ocupacionales, revisión de 2016.